

A REVOLTA DOS MATUTOS: entre o medo da escravização e a ameaça dos “republicueiros” (Pernambuco-1838)

Manoel Nunes Cavalcanti Junior*

RESUMO: Nos primeiros meses do ano de 1838 ocorreu uma série de eventos em comarcas do interior da província de Pernambuco. O que havia em comum entre eles era a resistência ao recrutamento para 1ª Linha do Exército justificada por um boato de escravização de homens livres. O objetivo deste artigo é resgatar a história daquela revolta, buscando analisá-la a partir das disputas políticas que enfrentavam o Império e, em especial, Pernambuco.

PALAVRAS CHAVE: Brasil império; Pernambuco; regência; cultura política

The Matutos Revolt: between the fear of slavery and the threats of the “republicueiros” (Pernambuco-1838)

ABSTRACT: In the first months of 1838, a series of events took place in counties in the interior of the province of Pernambuco. What they had in common was the resistance to recruitment for 1st Army Line justified by a rumor of enslavement of free men. The purpose of this article is to recover the history of this revolt, aiming to analyze it through the political disputes that faced the Empire and, especially, Pernambuco.

KEYWORDS: brazilian empire; Pernambuco; regency; political culture

La Revolución de Matutos: entre el temor de la esclavitud y las amenazas de los "republicos" (pernambuco-1838)

RESUMEN: En los primeros meses del año 1838, se llevaron a cabo una serie de eventos en los condados del interior de la provincia de Pernambuco. Lo que tenían en común era la resistencia al reclutamiento para la Primera Línea del Ejército justificada por un rumor de esclavitud de hombres libres. El propósito de este artículo es recuperar la historia de esa revuelta, buscando analizarla a partir de las disputas políticas que enfrentó al Imperio y, en particular, a Pernambuco.

PALABRAS CLAVE: brasil império; pernambuco; regência; cultura política

*Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Atualmente é Professor Titular de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia/Campus de Vitória da Conquista. Contato: Av. Sérgio Vieira de Melo, 3150, Bairro Zabelê, CEP: 45.075-265, Vitória da Conquista-BA, Brasil. E-mail: manael_46@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0665-6428>.

O Império e a província de Pernambuco

O ano de 1838 teve início com a expectativa de solução para a crise política que o Império enfrentava desde a renúncia de Diogo Feijó do cargo de Regente. O seu substituto, o pernambucano Araújo Lima, assumiu o posto interinamente até que a eleição para um novo Regente fosse realizada, estando prevista para o mês de abril. Com ele ascendeu ao poder o grupo que vinha tecendo uma série de críticas às reformas liberais implementadas no decorrer da Regência Trina e que tinham caráter descentralizador, simbolizadas no Código de Processo Criminal de 1832 e no Ato Adicional de 1834. Tal grupo, que possuía como um de seus principais idealizadores o mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, associava a crise que o país vivia a essas reformas, defendendo uma revisão de muitos dos seus pontos e o retorno ao modelo centralizador do 1º Reinado. Eram as ideias do movimento que ficou conhecido como *Regresso*, que tinha agora a oportunidade de colocar o seu ideário em prática com o novo Regente.

Naquele janeiro de 1838 a nova administração completava apenas quatro meses de existência. Araújo Lima herdou uma série de problemas a serem resolvidos. Quando ele assumiu em setembro de 1837, havia duas revoltas em curso em diferentes regiões do Império. No Pará a Cabanagem se desenrolava desde 1835 e não tinha muita perspectiva de definição. No Rio Grande do Sul a Revolução Farroupilha, também iniciada em 1835, não possuía perspectivas melhores. E para piorar, em novembro, apenas dois meses após sua posse, estourou a Sabinada na Bahia, que, à semelhança de sua congênere gaúcha, era de caráter republicano e separatista. O novo Regente, portanto, tinha como uma de suas missões pacificar o Império.

Em Pernambuco, o desafio do Regente era lidar com a complicada política de sua província natal, onde ele próprio era relevante personagem. A origem das facções políticas em Pernambuco durante a Regência estava ligada aos dois grupos que se digladiaram pelo poder durante o 1º Reinado. O primeiro deles era formado pelos chamados *centralistas*: partidários de Pedro I, estavam bem articulados com o projeto pensado no Rio de Janeiro e seus integrantes viam com bons olhos a união das províncias sob a batuta do príncipe regente. O segundo grupo era o dos *federalistas*, interessados principalmente em manter a autonomia provincial que havia sido conquistada com a Revolução do Porto, em 1821. A Confederação do Equador foi o grande embate entre estes dois grupos. O fracasso do movimento de 1824 representou a consolidação do projeto centralizador. Os vitoriosos foram muito bem recompensados por Pedro I. Quanto aos perdedores, lhes restou a perseguição.¹

Destes dois grupos surgiram as facções que dominaram o cenário político regencial pernambucano. Os federalistas de 1824 se dividiram entre liberais moderados e liberais exaltados. Embora fossem adeptos do federalismo, os moderados logo arrefeceram seu discurso e se enquadraram na luta por manutenção da ordem regencial. Enquanto isso, os liberais exaltados continuaram com a bandeira da descentralização e parte dos seus quadros radicalizavam na defesa de ideias republicanas. Herdeiros dos centralistas eram os Cavalcanti e o grupo de Araújo Lima, com a primeira atuando de forma mais pragmática e a segunda sendo mais fiel à defesa de uma estrutura centralizadora.² À semelhança do que aconteceu na corte, quem assumiu o poder na província com a abdicação de Pedro I no 7 de abril de 1831 foram os liberais moderados locais. Em todos os acontecimentos a partir de então sempre haverá a integração ou choque entre estas quatro forças políticas.

De 1831 a 1835 o embate foi dos liberais moderados governistas com a oposição de liberais exaltados, dos Cavalcanti e dos limistas de Araújo Lima. Entre 1835 e 1837, com a presidência da província nas mãos de um dos irmãos Cavalcanti, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, as posições se inverteram. Sua administração teve o apoio dos limistas e a oposição dos liberais moderados. Os exaltados, a princípio, o apoiavam. Mas com a guinada dos Cavalcanti e dos limistas para os princípios do *Regresso*, os liberais exaltados passaram à oposição. Com a saída de Francisco de Paula da presidência, em princípios de 1837, as coisas ficaram mais equilibradas. Teoricamente seria um governo dos liberais moderados, tendo como presidente da província Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, uma vez que Diogo Feijó e os moderados da corte ainda estavam à frente da Regência. No entanto não foi uma presidência que trouxesse qualquer problema para o domínio dos Cavalcanti e, em um patamar inferior, dos limistas. Chega-se, finalmente, a setembro de 1837. Com a crise final e a renúncia de Feijó, é justamente Araújo Lima quem sai lucrando e assume os rumos do governo imperial. Surgia agora um problema: como organizar o poder em Pernambuco?

A relação entre os Cavalcanti e Araújo Lima sempre foi de conveniência e nenhum alinhamento automático. Embora oriundos de uma mesma raiz política do 1º Reinado, as duas facções ora se uniam, ora se afastavam de acordo com a direção que o vento do poder soprava. No período em que os liberais moderados dominaram o poder provincial, Cavalcanti e limistas cerraram fileiras na oposição, procurando minar o governo de seus inimigos. Os Cavalcanti apoiaram veladamente dois movimentos de tentativa de derrubada da presidência de nomes ligados aos liberais: com a Abrilada de 1832 o alvo era Francisco de Carvalho Paes

de Andrade, enquanto nas Carneiradas de 1835 a vez foi do seu irmão, Manoel de Carvalho Paes de Andrade.³ Quando os Cavalcanti retornam ao poder provincial com Francisco de Paula, o mais velho dos irmãos, em 1835, as duas facções se unem novamente na implantação das ideias regressistas em Pernambuco, cujo maior símbolo foi a aprovação da Lei Provincial dos Prefeitos de 1836. Uma vez finda a presidência dos Cavalcanti, as duas facções se afastam. A maior evidência disto encontra-se no clima de beligerância em que se deu a eleição da lista tríplice, ocorrida em junho de 1837, para a vaga no senado pela morte do senador por Pernambuco Bento Barroso Pereira. Tanto os Cavalcanti quanto os liberais moderados fizeram de tudo para eliminar Araújo Lima daquela lista. No entanto, ao final do pleito o seu nome foi o terceiro mais bem votado, atrás de dois dos irmãos Cavalcanti: Holanda e Francisco de Paula. Graças às rugas que existiam entre Holanda Cavalcanti e Diogo Feijó e suas boas relações com o Regente, Araújo Lima acabou sendo o escolhido para ocupar a vaga no Senado e, de quebra, nomeado como Ministro do Império e sucessor legal quando da renúncia do Regente.⁴ Foi neste clima de distanciamento e de guerra fria com os Cavalcanti que o recém escolhido senador foi alçado ao posto mais alto da Regência.

A nova realidade na corte atingia em cheio o equilíbrio de forças em Pernambuco. Naturalmente os limistas assumiam a proeminência, o que significaria prejuízo para a então toda poderosa facção dos Cavalcanti. Com o poder de nomear um novo presidente para a província, Araújo Lima não cogitava fortalecer ainda mais os irmãos Cavalcanti. Escolheu uma pessoa que, embora primo dos seus adversários, era de sua confiança e plenamente ligado ao seu círculo: Francisco do Rego Barros. Irmão do Ministro da Guerra do governo de Araújo Lima, Sebastião do Rego Barros, o novo presidente tinha carreira militar e formação em Matemática, com um bacharelado conseguido em estudos na França. Embora tivesse apenas 35 anos de idade quando nomeado, Rego Barros possuía grande experiência nas questões políticas da província e do Império. Envolveu-se nos eventos de 1821 contra o governador português de Pernambuco, Luiz do Rego, e acabou sendo enviado preso para Lisboa. Era deputado geral desde a 2ª Legislatura, iniciada em 1830, e deputado provincial, assumindo como suplente na 1ª Legislatura (1835-1836) e como titular na 2ª (1837-1838). Seu nome já havia sido cogitado para assumir a presidência da província em pelo menos uma outra oportunidade, no final do ano de 1833.⁵

Embora nomeado por Carta Imperial de 16 de outubro de 1837, Rego Barros só assumiu a presidência no dia 2 de dezembro, três dias após o seu retorno da corte. Pegou uma província onde estava em vigência a ordem para recrutamento e em meio aos preparativos de

uma força expedicionária a ser enviada ao Rio Grande do Sul. Com a eclosão da Sabinada na Bahia, em 6 de novembro, Rego Barros deu ordens para que a tropa mudasse o seu rumo e fosse enviada para Salvador a fim de ajudar as forças legalistas contra os republicanos de Sabino. A Revolta dos Matutos, portanto, surgiu em meio a uma presidência com pouco mais de um mês de iniciada e foi o primeiro grande teste de fogo para a nova configuração de forças na província.

O início da Revolta

Os eventos ocorridos nos primeiros meses de 1838 tiveram por palco uma área que englobava o que hoje é o agreste pernambucano e parte da zona da mata, onde se localizavam os municípios do Brejo, Cimbres, Garanhuns, Bonito, Limoeiro, Santo Antão, Nazaré, Pau d’Alho e Rio Formoso.⁶ (Figura 1) A região além da zona da mata era chamada normalmente de *centro da província*. Muito comum também era o fato dos moradores da capital se referirem aos habitantes dessa região como *matutos*, termo com certo sentido depreciativo. Para as autoridades locais, não era pequeno o risco de quebra da ordem na região. O prefeito da comarca⁷ do Limoeiro dizia que indivíduos rebeldes “formigam pelo centro desta província e da Paraíba”, aguardando apenas uma oportunidade para se reunirem e colocar em prática seus planos. Discursos e ensinamentos vistos como perigosos circulavam entre os habitantes. O mesmo prefeito de Limoeiro acusava o padre Francisco José Correia de Albuquerque de andar influenciando do seu púlpito na Paraíba tanto os povos de lá como o da sua comarca com pregações onde misturava as doutrinas do Evangelho com “algumas ideias repugnantes”.⁸ Some-se a isto um período de forte seca pela qual passava a região e o recrutamento que recaía em especial sobre a parte mais pobre da população livre. Formava-se assim um quadro ideal para o estouro da insatisfação popular.⁹

O estopim da revolta foi a Lei nº 109, de 11 de outubro de 1837, que regulamentava o modo como deveria se proceder a amortização do papel moeda, desde a criação até à aplicação dos impostos para sua concretização. O problema estava em um trecho do seu artigo 12: “Na seguinte sessão, e nas subsequentes, o Governo apresentará uma circunstanciada relação dos Próprios Nacionais que forem desnecessários ao serviço, e que convenha serem vendidos para ser aplicado o produto deles à amortização do papel moeda.”¹⁰ A dúvida pairava no significado da expressão “Próprios Nacionais”. Interpretou-se que ela dizia respeito a homens livres a serem vendidos como escravos para o governo levantar o dinheiro necessário à amortização a que se referia a lei. Como a província passava por um período de

Os boatos teriam surgido na região a partir da chegada da notícia da Lei da Amortização, divulgada por um edital da Tesouraria da Província que fora publicado em 23 de dezembro de 1837. Em janeiro do ano seguinte cópias deste edital foram enviadas a todas as comarcas para divulgação em vilas e povoações. Foi quando os acontecimentos eclodiram.

O epicentro da Revolta se localizou na comarca de Bonito, que naquele momento enfrentava uma série de dificuldades e embates entre as autoridades locais. O seu prefeito era o tenente coronel Antônio José Vitoriano Borges de Almeida e Albuquerque. Militar experiente, vivia às voltas com uma enfermidade que o levaria à morte cinco anos mais tarde.¹² Os juízes de direito do crime e do cível eram os doutores Antônio Batista Gitirana e Henrique Felix de Dacia. As ligações dos magistrados com as disputas políticas locais e suas discordâncias se revelam em algumas situações. Um exemplo foi quando o Dr. Gitirana deu a sentença de prisão a um certo José da Silva Moreira, condenado pelo tribunal do júri. Durante sua licença, o Dr. Henrique de Dacia assumiu como juiz interino do crime, considerou o titular suspeito e estabeleceu fiança a fim de libertar o criminoso. Em despacho no próprio ofício pelo qual foi informado, o presidente Rego Barros ordenou ao prefeito que prendesse novamente o José Moreira e questionou ao Dr. Henrique de Dacia em que lei se baseou para agir daquela forma.¹³

A doença do tenente coronel Vitoriano Borges o obrigou a retirar-se para o Recife e deixar alguém no lugar, respondendo interinamente pela prefeitura. O escolhido foi Miguel Primo Villar de Oliveira Barbosa, irmão do juiz Henrique Felix de Dacia. Esta atitude não foi bem vista por poderosos da região, levando o tenente coronel a se explicar à presidência da província. Segundo ele, sua decisão foi pautada em conselhos obtidos com pessoas proeminentes da vila, na competência e disposição ao trabalho do Miguel Villar. Somava-se a isto o fato do mesmo responder interinamente pela promotoria da comarca, uma vez que o seu titular, Jerônimo Villela de Castro Tavares, estava de licença. O relato do tenente coronel dá a entender que uma das causas para o descontentamento se relacionava com preconceito racial. O prefeito Vitoriano Borges não se importou se Miguel Villar era “mais branco, mais preto, mais amarelo” que ele ou qualquer outra pessoa da comarca.¹⁴ Tudo indica que branco ele não era, assim como o seu irmão, o juiz Henrique de Dacia. Gilberto Freyre cita o juiz em uma de suas obras como exemplo de homem de cor que se levanta contra a preferência dada aos brancos na ocupação de cargos públicos. A única dúvida de Freyre estava em saber se o Dr. Henrique de Dacia era negro ou mulato.¹⁵

As dificuldades entre as autoridades locais se evidenciavam ainda na busca pela origem dos boatos que surgiam na comarca. Segundo relato do subprefeito da povoação de Caruaru, major João Guilherme de Azevedo, falsas notícias sobre escravização de pessoas livres pobres estavam circulando pela região. Para ele, os boatos se originaram de uma interpretação dada pelo juiz Henrique Félix de Dacia ao texto do edital da Tesouraria da Província que publicou a Lei da Amortização. A dúvida em torno da expressão “Próprios Nacionais” do artigo 12 teria sido interpretada pelo juiz como fazendo referência a pessoas, o que disseminou o medo no povo da região.¹⁶

Em defesa do juiz Henrique de Dacia saiu o tenente coronel comandante do Batalhão da Guarda Nacional do município, José Moreira Alves da Silva.¹⁷ Segundo ele, no dia 21 de janeiro os dois estavam juntos em Caruaru na casa onde o juiz despachava. Em dado momento o Dr. Henrique de Dacia foi chamado à rua pelo comandante Manoel Félix da Silva, que juntamente com os cidadãos Joaquim Ferreira Calazaens e Antônio Gomes da Silva Junior tinham dúvida sobre como interpretar o art. 12 da Lei. O juiz esclarecera que o texto se referia aos bens nacionais desnecessários ao serviço e que deveriam ser vendidos para o seu produto ser aplicado na amortização do papel moeda. O próprio Manoel Felix afiançara que, se não fosse o juiz, certamente haveria alguma subversão na ordem pública por causa da ambiguidade daquele artigo. Como a nota do edital já havia se espalhado pela povoação, a casa foi enchendo de gente, todos querendo saber da verdadeira inteligência daquela lei. Eles, então, se esforçaram para tirar as pessoas da ilusão de que fosse outra a interpretação, o que acharam haver conseguido.

Neste clima de desavenças e acusações mútuas entre autoridades, o prefeito Vitoriano Borges pensou em mandar elaborar um outro edital e publicá-lo em todas as povoações da comarca para desmentir aquelas falsas notícias. No entanto, como o subprefeito de Caruaru lhe garantiu que tudo estava tranquilo, temeu que esta sua ação acabasse por avivar na população uma ideia que parecia ter se dissipado e decidiu por não agir. Quando menos esperava, foi surpreendido pela notícia de acontecimentos temerários ocorridos em Caruaru. No dia 27 de janeiro a povoação foi invadida por mais de cem pessoas armadas que gritavam querer ouvir a leitura do artigo 12 da lei que constava no edital da Tesouraria da Província. A multidão se dirigiu para as casas do subprefeito e do juiz Henrique de Dacia exigindo verem o tal edital. Quando encontraram o documento, o rasgaram. Chegando na casa do subprefeito, se depararam com uma guarnição vinda do Brejo da Madre de Deus e que pernovernara ali juntamente com doze recrutas que estavam sendo levados para o Recife. A turba libertou a

todos, afirmando serem eles do cativo. Algumas pessoas interferiram para tentar acomodar e convencer os revoltosos a cessarem com o movimento. Logo em seguida aquelas pessoas se retiraram da povoação sem que o subprefeito João Guilherme soubesse identificar sequer um dos indivíduos.¹⁸

No mesmo ofício em que informou ao presidente Rego Barros sobre este acontecimento, o prefeito Vitoriano Borges dizia ter recebido garantias do ex-subprefeito de Caruaru, Antônio Leite de Azevedo, um dos que conseguiram esfriar os ânimos da multidão, de que não havia mais motim na povoação. Diante deste quadro, o prefeito também garantia ao presidente da província que outro atentado daquele tipo não voltaria a ocorrer para manchar a boa reputação que tinha o povo da sua comarca. Antes não tivesse garantido, pois a situação tendeu a piorar.

Com o seu problema de saúde agravado, o prefeito precisou se ausentar e voltou para Recife. Foi na interinidade de Miguel Villar que outro acontecimento estourou em Caruaru. No dia 1º de fevereiro chegaram na povoação dezesseis presos, sendo quinze recrutas e um preso de justiça, remetidos pelo prefeito de Garanhuns para a capital. Foi dado um toque de alarme das vizinhanças da povoação e surgiu um ajuntamento de cinquenta indivíduos armados dispostos a soltarem os presos. Somente com a interferência do capitão de ordenanças Antônio Teixeira de Carvalho Virgens, homem bem quisto na povoação, e do cidadão Joaquim José Esteves foi que, a muito custo, os amotinados se convenceram a mudar seu intento. A escolta continuou seu trajeto e desta vez foi por Rio Formoso, se desviando de Santo Antão para garantir maior segurança. Também na povoação de Gravatá outro fato ocorreu no mesmo dia. Um grupo de sessenta homens armados se apresentou na porta do notário exigindo o edital com a Lei de 11 de outubro de 1837. A saída encontrada pelo notário foi inventar a história de que aquele edital não mais valia. Desta forma o grupo saiu dando vivas ao seu nome e sem provocar maiores distúrbios.¹⁹

Quatro dias depois corriam boatos de que o capitão Florêncio de Mello e Albuquerque, comissário de polícia do distrito da vila de Bonito, se achava reunindo gente em sua casa, distante 3 léguas da vila. As informações davam conta que o propósito do capitão Florêncio era fazer exigências ilegais, seduzindo a gente da região para a reunião com as ideias de cativo. Chegou a dizer na presença do próprio Miguel Villar que cento e vinte homens o haviam procurado para que ele os comandasse. Só foi dissuadido a dispersar aquele ajuntamento quando ouviu a notícia de que tropas do Recife estavam a caminho da região para reprimir qualquer quebra da ordem. Segundo o prefeito interino, informações davam

conta de que o Florêncio mentira, pois a quantidade de gente era na verdade um terço do que havia dito. E mais: o capitão Florêncio agiu em acordo com um “conhecido major da Guarda Nacional”, sendo ambos os mentores daquela reunião, fazendo persuadir aos matutos por meio da história do cativo. Miguel Villar, então, o demitiu imediatamente do cargo de comissário e só não o prendeu porque não tinha provas legais e nem força militar para tanto.²⁰

Para completar o quadro de dificuldades em Bonito, no mesmo ofício o prefeito interino afirmou que alguns “sujeitos desprezíveis” da povoação de Caruaru se dirigiram a Panelas de Miranda, distante 7 léguas da vila de Bonito e pertencente à comarca de Garanhuns. O objetivo seria o de seduzir os cabanos para que participassem de suas ações. Estes remanescentes da Guerra dos Cabanos já andavam desconfiados de um censo que o presidente Francisco do Rego Barros ordenara fazer por meio dos prefeitos das diferentes comarcas. Os cabanos simplesmente se recusavam a dar informações, alegando ser aquilo um meio do governo conhecer quais eram as suas forças a fim de poder lhes fazer nova guerra.²¹ A tensão aumentou com a notícia de que os cabanos compraram bastante pólvora e se recusavam a ir à feira na povoação.²² O pesadelo de um novo conflito armado voltava a rondar a mente das autoridades da região. Ainda mais quando um outro personagem daquela guerra voltou à tona: o antigo capitão-mor Domingos Lourenço Torres Galindo. A presidência da província havia levantado a possibilidade de nomeá-lo para liderar a tropa que combateria os sediciosos. Tal notícia se espalhou pela região e causou assombro, pois temia-se que ele se aproveitasse para perseguir os seus desafetos.²³ Parece que Francisco do Rego Barros atendeu à sugestão de Miguel Villar e não deu qualquer poder a Torres Galindo.

Vizinha à comarca de Bonito, a do Brejo da Madre de Deus também enfrentou problemas sérios. O prefeito Antônio Francisco Cordeiro de Carvalho ficou sabendo dos acontecimentos em Caruaru através de pessoas que chegavam daquela povoação. Foram seus soldados de polícia os rendidos pela multidão de revoltosos. Já era dia 30 de janeiro e eles ainda não haviam retornado. Temeroso de que o tumulto em Bonito afetasse a sua comarca inteira, começou a tomar algumas medidas. Deu ordens ao coletor do termo para não afixar os editais que havia recebido e oficiou às autoridades de Caruaru pedindo maiores informações. Como não tinha munição e pólvora, apreendeu uma porção que estava à venda com o compromisso de devolvê-la caso não a utilizasse. Por fim, ordenou a alguns soldados da Guarda Nacional para que permanecessem na vila até que os soldados da polícia retornassem de Caruaru.²⁴

Os policiais só foram chegar na noite do mesmo dia 30. O cabo João da Silveira, que comandava a escolta, contou a história do que ocorreu em Caruaru. Estranhamente os sediciosos não se apossaram do armamento e nem da munição que a escolta levava, devolvendo até as algemas para o cabo. O prefeito desconfiou. Segundo ele, as 14 léguas que separavam a povoação de Caruaru da vila do Brejo poderiam ser percorridas em dois dias. O cabo e os soldados levaram três. A desculpa que deram foi a doença de um dos companheiros que por lá ficou. Mais que isso, o prefeito achava que na verdade eles simpatizaram com os revoltosos. Sua desconfiança foi reforçada pela maneira irritadiça com que o cabo respondia aos seus questionamentos.²⁵

Embora esperançoso de que a situação não fugisse do controle e a ordem fosse preservada na comarca, as notícias que chegavam logo fizeram o prefeito Antônio Francisco encarar uma realidade mais dura. A falsa notícia de escravização de recrutas se espalhou rapidamente. O rompimento de Caruaru levava a população a acreditar em todas as histórias que iam sendo inventadas. Os soldados da escolta garantiam às pessoas que tudo era verdade, pois ouviram os sediciosos lendo os documentos oficiais que eles levavam para serem entregues ao governo na capital. Segundo eles, nestes documentos o prefeito fazia recomendações relativas aos recrutas e aos próprios soldados. Outra denúncia que chegou ao prefeito foi a de que os mesmos soldados haviam se acertado com os revoltosos de Caruaru, prometendo se sublevar e soltar os presos da cadeia ao chegarem na vila. Diante disto, o prefeito resolveu fazer aos soldados algumas admoestações. Nesta ocasião um deles se apresentou portando uma faca de ponta. O prefeito decidiu por prendê-lo e percebeu “todos os sinais de perfeita insubordinação” em alguns dos demais. Ao se retirarem para o quartel, recebeu nova denúncia de que pretendiam pedir-lhe a soltura do companheiro com armas em mãos. A tensão e a desconfiança em relação à força policial eram grandes. No dia anterior a estes incidentes, dois soldados haviam desertado e levaram consigo suas armas e munição. O soldado que diziam ter ficado doente em Caruaru, até àquele momento também não havia retornado.²⁶

O clima na vila e na comarca não era nada bom. No mesmo ofício em que deu as notícias sobre os soldados da sua força policial, o prefeito do Brejo dizia haver pessoas que fingiam não acreditar em tão “absurdas doutrinas”, mas as repassavam aos mais “ignorantes”. Ele mesmo não tomava medida mais enérgica porque observava “um desgosto quase geral” no povo. Estrategicamente conservava um “estado passivo” até que a presidência tomasse providências mais eficazes. Notícias aterradoras não paravam de chegar. O notário do distrito

de Jacarará havia recrutado um homem e, quando o conduzia à vila, a escolta foi atacada por uma força armada saída do lugar chamado Jundiá e o recruta evadiu-se. O subprefeito de Cimbres o informou que os habitantes de Carrapicho e Papagaio diziam que se oporiam a quem se apresentasse ali fazendo recrutamento. Quase todos os distritos afirmavam que fariam o mesmo. Recebeu inclusive denúncias a respeito de um plano dos sediciosos de Caruaru que pretendiam invadir a vila do Brejo e o assassinar.

Em lugares mais afastados da comarca a situação não era muito diferente daquela que o prefeito enfrentava na vila. Segundo o subprefeito Salvador dos Santos Monteiro, o distrito de Fundão se achava cheio de revoltosos. No dia 14 de fevereiro, na povoação de Olho d'Água, distrito de Buíque, foi feita uma prisão e isso bastou para Manoel Rodrigues da Silva, um ex-notário, juntar uma escolta de homens armados e ir soltar o dito preso. A coisa estava tão esquisita, que logo depois da saída do Manoel Rodrigues e seus homens, um segundo grupo apareceu para soltar o mesmo preso. Os dois grupos eram formados por trinta e tantos homens. Pelo que observava o subprefeito, boa parte do povo estava disposto a pegar em armas para se opor a qualquer prisão que fizessem no distrito. Pessoas armadas andavam pela povoação sem nenhum respeito. Faltava pouco para que as casas dos “melhores cidadãos e inocentes famílias” fossem roubadas e assassinadas, tudo a pretexto do artigo 12. O notário do distrito do Passo, Manoel Martins da Costa, advertiu ao subprefeito dizendo que o povo do lugar estava prometendo soltar qualquer pessoa que fosse recrutada e ainda lhe mandariam bala. E para piorar a situação, os tumultos iam tomando ares de luta racial. Ainda de acordo com o subprefeito Salvador dos Santos, um comerciante de Maceió disse que, nas conversas que tinha com os povos da região, todos se achavam revolucionários. Já andavam dizendo de boca cheia que os brancos não eram nada a vista dos pardos. Sociedades secretas possuíam listas de pessoas a serem assassinadas. O subprefeito soube até de um jovem mulato, filho de um pardo de nome Manoel de Sousa, que foi a um lugar chamado Tamboré para trocar uma arma de fogo. O mulato elogiava sua arma dizendo que ela não errava a um branco numa distância de tantos passos.²⁷

Outra comarca vizinha à de Bonito que passou por problemas mais sérios foi a de Limoeiro. O local de maior preocupação era a povoação de Taquaritinga. Segundo o seu subprefeito interino, Manoel da Cunha Pereira, tudo começou com a publicação no dia 21 de janeiro do edital em cumprimento da Lei de Amortização. Por conta do já afamado artigo 12, o povo se revoltou a ponto de pegar em armas. Por muita “acomodação” sua e das melhores pessoas do lugar, conseguiram diminuir a fúria da população. Para ele a situação em sua

região era extremamente grave: não se atrevia a fazer recrutamento e nem prisão alguma, pois o povo achava que os queria como cativos. Manoel da Cunha considerava-se cercado, sem saber como resolver a situação e até correndo risco de vida.²⁸ A partir deste relato e de outras informações que recebia, o prefeito de Limoeiro, João Maurício Cavalcanti da Rocha Wanderley, concluiu que o boato do cativo havia se espalhado por toda a comarca, incentivando desordens e assustando os cidadãos pacíficos. Nem sequer no Destacamento de Polícia da vila ele tinha confiança, pois considerava que os soldados haviam sido influenciados pelos boatos. Dias se passaram nesta tensão, até que em 21 de fevereiro ele recebeu a notícia de que no lugar denominado Carrapato, freguesia de Taquaritinga, limítrofes da comarca de Limoeiro com a de Bonito, estava acontecendo uma reunião de gente armada. Um certo Manoel Mariano, auxiliado por João Lopes, espalhava notificações sediciosas e atraía simpatizantes. Já tinha conseguido arregimentar cem homens e o número tendia a aumentar. Seu plano era o de descer em direção à vila assassinando, roubando e perpetrando todo tipo de desordem. Tornava-se urgente, em seu entendimento, medidas por parte da presidência.²⁹

Na comarca de Garanhuns, também colada à de Bonito, o boato da escravização gerou problemas na freguesia de Altinho. Ali dois indivíduos rasgaram um edital da câmara municipal achando ser o referente ao da Lei de 11 de outubro de 1837. A população da freguesia foi tão afetada pelas histórias de Caruaru que o seu subprefeito estava com medo de continuar com o alistamento do povo para a organização do mapa estatístico, pois as pessoas diziam que este alistamento seria para saber o número dos que haveriam de ser vendidos. Com isso, negavam-se a dar os seus nomes.³⁰

Em outras comarcas vizinhas o boato se alastrou entre os seus habitantes, mas não ocorreram tantos transtornos. Em Santo Antônio, que ficava no caminho entre Bonito e a capital, o prefeito Laurentino Antônio Pereira de Carvalho inicialmente se assustou com as notícias de Caruaru. O “mal” teria chegado até o pé da serra das Russas, limite de sua jurisdição. Sendo informado que o boato havia chegado rapidamente aos cabanos de Pannels, temia a eclosão de uma segunda Cabanada. Mas nenhum acontecimento mais grave ocorreu, apenas algumas notícias vagas de que pessoas na povoação de Escada estavam incitando guardas nacionais à insubordinação e desobediência. Muitos habitantes fugiam para as matas com medo de serem recrutados. Em alguns lugares o povo falava “surdamente” do boato do cativo, mas não se atreviam a ações de insubordinação.³¹ Na comarca de Rio Formoso o boato trouxe inquietação aos seus habitantes, mas nada que resultasse em ações sediciosas. O

foco de maior tensão parece ter se concentrado em Tamandaré, onde existia um forte. As explicações do prefeito por meio de um edital, auxiliado pelo comissário de polícia e pelo comandante da fortaleza, foram suficientes para acalmar o povo.³²

Segundo a documentação, a única comarca mais distante de Bonito e que não lhe fazia divisa a ser atingida pelo boato foi a de Nazaré. Assim como aconteceu nas de Santo Antão e Rio Formoso, nada de mais grave aconteceu. O subprefeito da freguesia de Glória dava notícias de que em alguns lugares da região existia muita gente escondida no mato por conta do boato de que os pretos e pardos recrutados para o Exército seriam vendidos. O caso mais estranho ocorreu na freguesia de Pau d’Alho. Segundo o seu subprefeito, apareceu na capela do Engenho Eixo um grupo de doze a catorze indivíduos armados. Aqueles homens estavam em busca de um bando que lhes contou ter sido lido pelo capelão daquele lugar um documento onde se ordenava a escravização de pardos e pretos forros. Sendo informados de que aquilo não era verdade, o grupo se retirou sem maiores problemas e sem serem conhecidos das pessoas que estavam presentes.

Acabar com a hidra antes que outras cabeças surjam

Para combater a desordem provocada pelo boato de escravização, os prefeitos e subprefeitos tinham à sua disposição a Força Policial e a Guarda Nacional. No entanto, em nenhuma das comarcas mais afetadas estas forças repressivas do Estado tinham estrutura ou capacidade de dar conta do cumprimento da tarefa de controlar os distúrbios que iam se espalhando. Quando soube que os acontecimentos de Bonito estavam se aproximando dos limites de sua comarca, o prefeito de Santo Antão comunicou ao presidente Francisco do Rego Barros que não possuía nem armas e muito menos munição para repelir qualquer “insulto” que viesse de fora ou de dentro do seu território. A mesma situação enfrentava o prefeito do Brejo.³³ O interino de Bonito rogava ao de Santo Antão, que já havia suplicado à presidência, o envio de cem homens para impor respeito “à canalha desta Comarca, máxime a da Povoação de Caruaru”. Por sua vez, o prefeito de Limoeiro precisou apelar a uma força formada por paisanos, pois não podia contar nem com seus policiais e muito menos com a Guarda Nacional. Necessitavam, portanto, de uma força militar a ser enviada pela presidência da província. Era preciso impor o respeito necessário a todo aquela gente e sufocar a “hidra mesmo no seu gérmen”.³⁴

Mas não era somente o auxílio militar que os prefeitos da região pediam ao governo provincial. Visando acalmar os ânimos da população, era preciso apelar também para a

religião. Uma das medidas tomadas pelo prefeito do Brejo foi a de solicitar ao padre da vila para, durante a missa, mostrar aos seus fiéis que o boato da escravização era uma “falsidade lembrada por homens malvados, que os desejavam ver entregues à voragem da anarquia e guerra civil”, e cujo objetivo era tão somente “plantar a desobediência, e tocar o alarme da desordem”. Assustados com os acontecimentos em seu território, os vereadores do Brejo encaminharam pedido à presidência da província a fim de que o Prelado Diocesano ajudasse a combater as falsas notícias, pois em momentos conturbados como aquele “a Palavra Divina e Exortações Assertivas mais aproveitam”, à semelhança do que já havia sido feito em outras épocas de crise.³⁵ Nesta mesma linha o prefeito interino de Bonito lembrava ao presidente da conveniência do Bispo dirigir uma pastoral em “termos claros e rasteiros” para ser entendido de todos e ordenar aos vigários e capelães que lessem em suas igrejas, cortando assim o mal pela raiz. Tal caminho o próprio prefeito havia utilizado para acalmar os cabanos. Prevenindo-se de que intrigas pudessem chegar a eles, comunicou-se com o capelão de Panelas, Manoel Clemente Torres Galindo, sabendo que ele tinha grande crédito entre os chefes cabanos. Deixou-o ciente das ações que vinha tomando e pediu que na missa combatesse os boatos.³⁶

À parte o auxílio religioso, a presidência da província socorreu os prefeitos enviando uma força para a região composta por soldados do Corpo Policial da capital. No dia 3 de fevereiro marcharam cem praças em direção à comarca de Bonito. No dia seguinte marchou o restante do Corpo. Para que Recife não ficasse desguarnecida, o 2º Batalhão da 1ª Legião da Guarda Nacional do município foi aquartelado a fim de fazer as tarefas de polícia.³⁷ Formada por infantaria e cavalaria, a tropa era comandada pelo major Pedro Alexandrino de Barros Cavalcante e chegava a um número de trezentos soldados. No dia 8 passaram por Santo Antão, onde a dificuldade de se encontrar cavalos atrasou a marcha da cavalaria. Finalmente chegaram à vila de Bonito nos dias 10 e 11. Segundo o prefeito interino, os moradores dos subúrbios a princípio ficaram assustados com a chegada da força devido às más lembranças da maneira como as expedições na Guerra dos Cabanos se comportaram. No entanto, acabaram se convencendo de que o procedimento agora seria outro e até à feira voltaram a frequentar. Quanto aos povos das povoações e lugares limítrofes da comarca, as desconfianças não cessariam tão facilmente.³⁸

A presença daquela força militar ajudou a conter os ânimos. A ideia inicial era deixar uma parte da tropa estacionada na povoação de Caruaru, origem dos distúrbios e local estratégico, pois dali poderiam socorrer as comarcas do Brejo e de Garanhuns. Outra parte permaneceria na vila de Bonito e uma terceira seria enviada para o Brejo. Uma vez

pacificadas as comarcas de Bonito e do Brejo, boa parte dos soldados precisou ser deslocada para Limoeiro com a missão de fazer frente à tensão que aumentava na freguesia de Taquaritinga. Ao mesmo tempo o governo provincial suspendeu o recrutamento, justamente um dos elementos centrais das notícias da escravização. Isso ajudaria a diminuir a tensão entre os habitantes. As exceções ficariam para vadios, desordeiros e propaladores de “ideias anárquicas”, os quais continuariam sendo detidos.³⁹

A comarca que mais trabalho teve na pacificação dos seus habitantes foi a de Limoeiro. A princípio, o prefeito conseguiu reunir parte do contingente da Força Policial da capital e dos paisanos que havia convocado para marcharem contra os revoltosos da freguesia de Taquaritinga. A demonstração de força em um primeiro momento conseguiu fazer com que se dispersassem. No entanto, voltaram a se reunir e ameaçar a tranquilidade da comarca. Foi preciso armar mais cinquenta paisanos e, junto com toda a Força Policial da capital que ainda estava em seu território, marchar uma segunda vez a Taquaritinga para debelar definitivamente os sediciosos. Mesmo assim a desconfiança do povo daquela região e sua insubordinação chegaram a tal ponto que tornou necessária a troca do subprefeito: demitia-se Manoel da Cunha Pereira, “pessoa de muita confiança, mas sem força moral”, e entrava em seu lugar o tenente Sebastião Lins de Araújo, “pessoa do lugar e que tem forças e partido por causa dos diversos parentes”. Para o prefeito, se os meios de brandura não fossem suficientes acabaria sendo forçado a usar os meios violentos. Somente pelo final do mês de março foi que ele considerou a situação sob controle.⁴⁰

A Força Policial permaneceu na região por mais de um mês, começando sua retirada de volta à capital no início do mês de março. Uma parte, no entanto, permaneceu em Bonito, no Brejo e em Limoeiro para precaver qualquer nova quebra da ordem. E era mesmo preciso, pois as autoridades tinham consciência de que o medo e a desconfiança dos habitantes de suas comarcas não haviam se extinguido por completo. Como dizia o prefeito do Brejo, ao relatar a pacificação promovida no lugar de Olho d’Água, o povo não estava limpo de coração, mas se mostrava na aparência. A sua comarca encontrava-se em paz; quando não no todo, pelo menos na maior parte.⁴¹

Líderes e envolvimento de republicanos

A imprensa da capital repassou à opinião pública a visão de que os eventos ocorridos no interior eram formados por “um grupo de desorientados”, sem ter à frente “pessoas influentes”.⁴² Desorientados não estavam, pois um dos objetivos dos grupos que atuaram em

diferentes comarcas era muito claro: se opor ao recrutamento. Tiveram sucesso, pois o próprio governo provincial se viu na necessidade de suspendê-lo para evitar o pior. Sobre “pessoas influentes”, de fato a documentação não cita nenhum nome de peso da política local ligado aos revoltosos. O nome de maior envergadura envolvido nos eventos foi o capitão Florêncio de Mello e Albuquerque, em Bonito. Ser capitão da Guarda Nacional exigia certo status e poder econômico. Mas ao final de tudo, o novo prefeito da comarca, Alexandre Bernardino dos Reis e Silva, não conseguiu identificar nenhum responsável pelos distúrbios de Caruaru. Nem o major da Guarda Nacional que teria agido em conluio com o capitão Florêncio foi identificado. No Brejo houve a citação de Manoel Rodrigues da Silva e suas ações na povoação de Olho d’Água, mas era apenas um ex-notário. Ao final de tudo, os habitantes daquele lugar apontaram um certo Theotônio de tal, filho de um morador de Caruaru chamado João Filipe, como sendo o responsável por tê-los “iludido” para a revolta. O fato das autoridades nem sequer saberem o seu nome completo mostra que o Theotônio era um desconhecido. Nesta mesma condição estava o homem identificado como líder dos distúrbios em Taquaritinga, comarca de Limoeiro. As autoridades falavam em um “tal” Manoel Mariano. Ele e o seu parceiro conseguiram escapar do cerco das forças policiais.⁴³

Os prefeitos conseguiram identificar e prender alguns indivíduos por envolvimento nos tumultos. O número é reduzido diante da quantidade de pessoas citadas pela documentação. Só em Caruaru, no dia 28 de janeiro, eram mais de cem pessoas. Em Bonito, seis indivíduos foram presos. José Joaquim de Santa Ana e João José Bezerra foram encaminhados em companhia da Força Policial que retornava à capital para servirem como recrutas. Teriam o mesmo destino os “cabras retintos” Manoel de Araújo da Purificação, Gonsalo Ferreira, José Raimundo e o pardo Manoel Correia de Mendonça. Em Limoeiro foram presos quatro indivíduos suspeitos de participarem da revolta na freguesia de Taquaritinga: os pardos Pedro Gomes da Silva e José Gonçalves de Moura, além dos brancos Manoel Vicente de Santana e João Vicente de Santana. Todos eram casados.⁴⁴

A dinâmica da Revolta dos Matutos necessitava não só de pessoas para engrossar os grupos que encararam as autoridades na oposição ao recrutamento e às prisões, mas também daqueles que propalassem o boato e instigassem a população da região a se engajar nos eventos. Alguns destes indivíduos foram detidos. Na comarca de Nazaré foi preso Manoel Pedro do Nascimento por ser desertor e andar “propalando a seita que apareceu no Bonito”. Na região da freguesia de Laranjeiras foi detido Francisco Ignacio. Estava vindo da Baía da Traição, na Paraíba, em direção a Bonito, onde dizia ter um irmão. Não possuía passaporte⁴⁵ e

acabou dando motivos para a suspeita de ser um dos colaboradores da desordem em Bonito e Limoeiro. Além do mais, Francisco nem Francisco era. O prefeito de Nazaré tinha certeza de que ele se chamava na verdade Miguel Pereira dos Anjos, desertor de um Destacamento de Alagoas. No interrogatório o incógnito cidadão confessou ter sido da 6ª Companhia do 7º Batalhão de Caçadores da 1ª Linha em Recife, mas que havia dado baixa. O problema estava no fato de não ter apresentado nenhum documento comprobatório. Isto seria o motivo pelo qual andava de nome mudado. Foi encaminhado para a capital a fim de ser averiguada sua real situação e lhe ser dado o devido destino. Em Limoeiro João de Barros Rego, branco e solteiro, foi preso acusado de andar aliciando pessoas para a revolta baseando-se nos boatos que corriam pela comarca. Também foram detidos Manoel Vicente de Santa Ana e José Francisco Florêncio, ambos brancos e casados. A acusação era de andarem “apregoando por esta Comarca ideias de cativoiro”.⁴⁶

Mais perigosos que estas pessoas e de maior interesse para o governo eram os indivíduos classificados como *Mensageiros* ou *Emissários*, responsáveis por difundir entre os habitantes das comarcas ideias subversivas. Naquele caso, ideias republicanas. Em um momento delicado para o Império, onde a capital da província baiana ainda se achava no controle de liberais republicanos locais, era imprescindível combater qualquer quebra da ordem em Pernambuco e, acima de tudo, reprimir a difusão de ideias daquele tipo.

A disseminação de ideias republicanas em território pernambucano não era nenhuma novidade. A Revolução de 1817 e a Confederação do Equador são exemplos bem claros da influência que tais ideais possuíam entre os liberais de Pernambuco, especialmente entre os que compunham a ala liberal exaltada durante a Regência. Em 1838, momento em que a monarquia lutava por reprimir a República na Bahia e no Rio Grande do Sul, na capital da província havia fortes indícios de existirem simpatizantes daquelas causas. Em discurso na Câmara dos Deputados, o deputado pela província da Bahia, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma (Visconde de Jequitinhonha), revelou correspondência do líder gaúcho Bento Gonçalves onde o mesmo dizia ter cartas endereçadas a pessoas de Pernambuco para serem usadas no caso de ser transferido preso àquela província.⁴⁷ Por sua vez, os prisioneiros da Sabinada que estiveram presos no Recife receberam ajuda e auxílio de diversas pessoas. Um indivíduo em particular promoveu uma subscrição para levantar dinheiro que ajudasse os presos baianos em suas necessidades. Antes de partirem para o presídio de Fernando de Noronha, eles se despediram e agradeceram através da imprensa a este senhor e a todos os que assinaram a subscrição. Nenhum nome foi citado.⁴⁸

A imprensa em Recife apontou para a presença de republicanos nos eventos do centro da província. O periódico *O Echo da Religião e do Império*, ainda durante o desenrolar dos acontecimentos, reclamou do silêncio do governo sobre os responsáveis por aquelas ações e insinuou que republicanos estavam envolvidos.⁴⁹ Na mesma linha seguiu o padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, no seu periódico *O Carapuceiro*. Em um artigo onde criticava os republicanos e falava mal de Sabino e seu movimento, chamando-o de “República Sabino-Nagô”, afirmava que os republicanos pernambucanos se aproveitavam da situação gerada pelos boatos de escravização nas comarcas do interior. Em outro momento, quando escreveu sobre os intrigantes, voltou a relacionar os republicanos com aqueles eventos.⁵⁰

O governo provincial dava mostras de que possuía informações sobre pessoas interessadas em aumentar a temperatura dos acontecimentos no centro da província. Segundo a presidência, estavam sendo enviadas para diversas comarcas indivíduos, a quem chamavam de *Emissários*, com o “danado e miserável intento” de seduzir os habitantes, a fim destes perpetrarem desordens e crimes sob “miseráveis pretextos”. Com isso conseguiriam executar seus “anárquicos e vertiginosos planos”.⁵¹ A ordem, portanto, era para que os prefeitos ficassem atentos e reprimissem tais pessoas em suas jurisdições. Dois deles acabaram sendo presos.

Em Pau d’Alho, freguesia da comarca de Nazaré, foi preso Florêncio José de Albuquerque Junior por ser desconhecido e ter apresentado passaporte com data muito antiga. Indivíduo branco e casado, não deu respostas coerentes a respeito de sua moradia e nem do seu destino. Levado à presença do prefeito e por ele interrogado, foi solto logo em seguida. Parecia ser um indivíduo de boa conversa, pois se aproveitou do fato do prefeito conhecê-lo desde pequeno e ao seu pai e o enganou quando perguntado sobre o sistema político que adotava. Só no dia seguinte o subprefeito de Pau d’Alho alertou ao prefeito que o Florêncio era um republicano. Isso ele mesmo confessara ainda em Pau d’Alho, durante uma ceia na casa do vigário, onde também dormiu. Confessara ainda que apoiou os movimentos rebeldes de Bonito, dizendo que o governo imperial deveria perder as esperanças de reivindicar a capital da Bahia, uma vez que o partido republicano ali era “inconquistável”. Segundo o Florêncio, a prova disso eram as derrotas sofridas pelas tropas da legalidade, que, na última delas, haviam perdido mais de 170 homens, além dos feridos. Informado de que Florêncio havia seguido para Limoeiro, solicitou a sua prisão ao prefeito de lá. Sua justificativa era a suspeita de ser o Florêncio um dos *Emissários* e enviado para propagar pelas comarcas ideias subversivas, sustentando entre a “gente ignorante” a revolta aparecida em Bonito. A resposta

do prefeito de Limoeiro foi de que o sujeito já estava preso por ter, com outro comparsa, divulgado as mesmas ideias, “apresentando escandalosamente a República”.⁵²

O preso que mais evidência apresentava da ligação dos liberais republicanos com os eventos da Revolta foi o 2º tenente reformado do 4º Corpo de Artilharia João Machado de Magalhães. Detido pelo prefeito de Limoeiro, tinha “todos os indícios de ser Mensageiro encarregado pelos Anarquistas, atento o estado de desconfiança com que se apresentou, e de denúncias, que do mesmo me foram dados.” Escoltado pelos soldados da Força Policial que retornavam para a capital, o preso seguia “com toda a segurança” para ser entregue ao presidente Rego Barros.⁵³

O tenente João Machado era conhecido por sua participação em revoltas políticas da província. Em 1829 esteve entre os homens que marcharam junto com João Roma na tentativa de iniciar um movimento classificado na época como de caráter republicano e que ficou conhecido como *A República dos Afogados*. Tentando promover uma revolta, João Roma e seus companheiros tiveram que marchar de Recife em direção ao centro da província. O então alferes João Machado foi preso na região de Bonito. Afastado do serviço militar, só retornaria ao seu posto após a abdicação de Pedro I, quando os liberais ligados à Confederação do Equador ressurgiram e retomaram postos-chaves no aparato da administração provincial. Por determinação da presidência da província, João Machado estava na lista dos militares que seriam reabilitados para exercerem seus postos nas tropas de 1ª Linha. Já como 2º tenente, ele foi um dos que ajudaram a combater os soldados amotinados no Recife durante a chamada *Setembrizada* de 1831. Meses depois, estourou também em Recife um movimento sob a direção de liberais exaltados que tomou o Forte das Cinco Pontas a fim de fazer reivindicações ao governo. Era a *Novembrada*. Dois oficiais estavam à frente do movimento: o capitão Antônio Affonso Vianna e o próprio tenente João Machado de Magalhães. O tenente chegou a assinar um ofício encaminhado ao presidente da província identificando-se como “Comandante Interino da Fortaleza”. Controlado este motim, João Machado enfrentou uma prisão em condições difíceis no Brigue Barca. Seu relato pedindo providências junto ao governo provincial e sua defesa foram feitos no periódico *Bússola da Liberdade*, editado pelo padre João Barbosa Cordeiro, conhecido líder dos liberais exaltados pernambucanos. Agora já reformado, reaparecia nos eventos ligados à Revolta dos Matutos.⁵⁴

Conclusões

A Revolta dos Matutos não trouxe maiores problemas para o governo. Limitou-se à resistência por parte da população diante de algumas autoridades e libertação de presos e recrutas. Não há relato de conflitos mais sérios entre tropas legalistas e revoltosos, seja pelo temor destes ou pela simples desproporção bélica entre as duas partes.

Do ponto de vista político, os acontecimentos no interior da província revelaram a capacidade ainda existente de liberais exaltados em interferir no jogo do poder local. Souberam explorar as insatisfações e o medo dos habitantes do centro com o intuito de tentar seguir o exemplo do que ocorria em outras partes do Império. No entanto, o momento em Pernambuco não era de quebra da ordem, mas do fortalecimento daqueles que defendiam a monarquia e seu retorno ao modelo centralizador do 1º Reinado. Francisco do Rego Barros, como agente do poder central, não deu qualquer margem para que a Revolta fugisse do controle.

Finalmente, a Revolta dos Matutos pode ser vista também de uma perspectiva fora do jogo de poder das facções políticas. Os populares em geral que participaram dos diferentes ajuntamentos tinham sua motivação própria. Na fala de abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1838, Rego Barros serviu de porta-voz das elites políticas sobre a visão que tinham daqueles acontecimentos: foi um movimento sedicioso levado adiante por desordeiros e “astutos intrigantes inimigos do sossego dos Cidadãos”, baseados em um mero pretexto de uma interpretação falsa da Lei de 11 de outubro de 1837.⁵⁵ A ênfase dada era no estranho fato de uma revolta ser gerada por um boato e na ignorância do povo que facilmente se iludiu. Não deram mostras de ver que foi uma revolta fruto da insatisfação sentida por parte da população livre e pobre do interior, justamente a que mais sofria com os efeitos da seca que grassava na região e principal alvo do recrutamento que abastecia as forças de 1ª Linha do Exército e da Marinha. Nem tampouco enxergavam o tipo de sociedade em que viviam. Uma sociedade tão desigual onde os cidadãos mais humildes viviam inseguros em relação aos seus direitos mais básicos, ao ponto de crerem na ideia de que o seu governo poderia sim retirar-lhes a qualquer momento a sua própria liberdade.

Notas

¹ CARVALHO, Marcus J. M. Cavalcanti e Cavalcados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 - 1824. *Revista Brasileira de História*. vol. 18, nº 36. São Paulo: 1998.

² A facção dos Cavalcanti era formada por um conglomerado de poderosas famílias, tendo os Cavalcanti como seus maiores expoentes. Os irmãos Cavalcanti, herdeiros do velho coronel Suassuna, eram: Manoel Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Barão de Muribeca), Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Albuquerque), Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (Visconde de Suassuna) e Pedro Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque (Visconde de Camarajibe). Os três últimos acabaram sendo senadores por Pernambuco. A facção de Araújo Lima também reunia em seu entorno o apoio de importantes famílias da província, dividindo em muitos momentos a mesma base social dos Cavalcanti.

³ CARVALHO, Marcus J. M. Movimentos sociais: Pernambuco (1831 – 1848). In. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume II: 1831 – 1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 149. CAVALCANTI NUNIOR, Manoel Nunes. Revisitando as Carneiradas: os irmãos Machado Rios e as disputas políticas em Pernambuco (1834-1835). *Clio*, Universidade Federal de Pernambuco, nº 33.1, 2015, pp. 45-65.

⁴ CADENA, Paulo Henrique Fontes. *O Vice-Rei: Pedro de Araújo Lima e a governança do Brasil no século XIX*. Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2018, pp. 157-162.

⁵ COSTA, Francisco A. Pereira da. *Diccionario Biographico de Pernanmbucanos Celebres*. Recife: Typographia Universal, 1882, pp. 387-388. NOGUEIRA, Octaciano e FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973, pp. 502-503. CADENA, Paulo Henrique Fontes. Op. Cit., pp. 162-199. CAVALCANTI NUNIOR, Manoel Nunes. “*O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido*”: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-1837). Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2015, pp. 68 e 368.

⁶ O município correspondia à organização civil do território. Utilizaremos neste trabalho o termo comarca, referente à organização judiciária e que delimitava a jurisdição dos prefeitos. Os municípios de Cimbres e do Brejo faziam parte de uma só comarca, a do Brejo. Da mesma forma os municípios de Nazaré e Pau d’Alho formavam a comarca de Nazaré. Os demais municípios citados coincidam também em ser comarcas.

⁷ O prefeito era a principal autoridade policial da comarca. Foi instituído pela Lei Provincial nº 13, de 16 de abril de 1836. Esta lei surgiu no contexto da chegada das ideias *regressistas* em Pernambuco. Reformulou a organização policial e judiciária na província, retirando muitos dos poderes que o Código de Processo de 1832 havia dado aos juízes de paz e repassando-os aos prefeitos. Em cada comarca havia um prefeito nomeado pelo presidente da província e auxiliado em seus trabalhos pelos subprefeitos de cada freguesia. Sobre a sua implantação, ver CAVALCANTI NUNIOR, Manoel Nunes. Cultura política e instituições no Brasil Regencial: a primeira legislatura da Assembleia Provincial de Pernambuco (1835-1836). *Binacional Brasil Argentina*, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, v. 9, nº 2, 2019, pp. 174 e 198. Sobre o prefeito na estrutura policial, ver SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)*. Jundiá: Peco Editorial, 2014, pp. 133-167.

⁸ APEJE – Arquivo Público Estadual Jordão Emereciano, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 372-373. **Ofício** do Prefeito de Comarca do Limoeiro, João Maurício Cavalcanti da Rocha Wanderley, ao Presidente da Província de Pernambuco, Francisco do Rego Barros, em 26 de fevereiro de 1838; fl. 378, em 5 de março de 1838.

⁹ A seca atrapalharia até mesmo o abastecimento dos soldados da Força Policial que seria enviada da capital para a região. O prefeito de Limoeiro chegou a dizer que o tempo era de fome e miséria. APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 300-302. **Ofício** do Prefeito de Comarca Interino de Bonito, Miguel Primo Villar de Oliveira Barbosa, ao Presidente da Província, em 12 de fevereiro de 1838. Idem, fl. 369. **Ofício** do Prefeito de Comarca do Limoeiro, João Maurício Cavalcanti da Rocha Wanderley, ao Presidente da Província, em 25 de fevereiro de 1838.

¹⁰ Lei nº 109 de 11 de outubro de 1837.

¹¹ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 194-197. **Ofício** do Prefeito de Comarca do Brejo, Antônio Francisco Cordeiro de Carvalho, ao Presidente da Província, em 3 de fevereiro de 1838. HDBN, **Diário de Pernambuco**, 6 de fevereiro de 1838, nº 29.

¹² Participante da Revolução de 1817, foi um dos rebeldes presos e enviados a cumprir pena na Bahia. Mesmo sendo libertado em 1821, por lá continuou seguindo sua carreira militar. Só retornou a Pernambuco em 1831, chegando a participar das tropas governistas que lutaram na Guerra dos Cabanos. HDBN, **Diário Novo**, 21 de abril de 1843, nº 88.

¹³ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 284-286. **Ofício** do Prefeito de Comarca de Bonito, Antônio José Vitoriano Borges de Almeida e Albuquerque, ao Presidente da Província, em 20 de janeiro de 1838.

- ¹⁴ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 298-299. **Ofício** do Prefeito de Comarca de Bonito, Antônio José Vitoriano Borges de Almeida e Albuquerque, ao Presidente da Província, em 10 de fevereiro de 1838.
- ¹⁵ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 10.
- ¹⁶ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 287. **Ofício** do Prefeito de Comarca de Bonito, Antônio José Vitoriano Borges de Almeida e Albuquerque, ao Presidente da Província, em 28 de janeiro de 1838.
- ¹⁷ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 292-293. **Ofício** do Comandante da Guarda Nacional do Município de Bonito, Tenente Coronel José Moreira Alves da Silva, ao Prefeito da Comarca de Bonito, Antônio José Vitoriano Borges de Almeida e Albuquerque, em 30 de janeiro de 1838.
- ¹⁸ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 287. **Ofício** do Prefeito de Comarca de Bonito, Antônio José Vitoriano Borges de Almeida e Albuquerque, ao Presidente da Província, em 28 de janeiro de 1838. Esta última afirmação do major João Guilherme, de que não conseguiu identificar ninguém, esconde algo. Seria muito difícil que uma autoridade moradora daquela região não conseguisse identificar um só indivíduo dos mais de cem que participaram do evento. É mais fácil imaginar que o major João Guilherme não quisera se comprometer em indicar nomes envolvidos em um crime como aquele.
- ¹⁹ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 291. **Ofício** do Prefeito de Comarca Interino de Bonito, Miguel Primo Villar de Oliveira Barbosa, ao Prefeito Titular da mesma, Antônio José Vitoriano Borges de Almeida e Albuquerque, em 5 de fevereiro de 1838.
- ²⁰ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 296-297. **Ofício** do Prefeito de Comarca Interino de Bonito, Miguel Primo Villar de Oliveira Barbosa, ao Presidente da Província, em 6 de fevereiro de 1838.
- ²¹ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 153. **Ofício** do Prefeito de Comarca de Garanhuns, José d'Albuquerque Cavalcanti, ao Presidente da Província, em 1º de setembro de 1838.
- ²² APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 303. **Ofício** do Prefeito de Comarca Interino de Bonito, Miguel Primo Villar de Oliveira Barbosa, ao Presidente da Província, em 13 de fevereiro de 1838.
- ²³ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 300-302. **Ofício** do Prefeito de Comarca Interino de Bonito, Miguel Primo Villar de Oliveira Barbosa, ao Presidente da Província, em 12 de fevereiro de 1838.
- ²⁴ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 190-191. **Ofício** do Prefeito de Comarca do Brejo, Antônio Francisco Cordeiro de Carvalho, ao Presidente da Província, em 30 de janeiro de 1838.
- ²⁵ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 192-193. **Ofício** do Prefeito de Comarca do Brejo, Antônio Francisco Cordeiro de Carvalho, ao Presidente da Província, em 31 de janeiro de 1838.
- ²⁶ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 194-197. **Ofício** do Prefeito de Comarca do Brejo, Antônio Francisco Cordeiro de Carvalho, ao Presidente da Província, em 3 de fevereiro de 1838.
- ²⁷ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 200-204. **Ofício** do Prefeito de Comarca do Brejo, Antônio Francisco Cordeiro de Carvalho, ao Presidente da Província, em 7 de março de 1838.
- ²⁸ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 355. **Ofício** do Subprefeito Interino da freguesia de Taquaritinga, Manoel da Cunha Pereira, ao Prefeito de Comarca do Limoeiro, João Maurício Cavalcanti da Rocha Wanderley, em 5 de fevereiro de 1838.
- ²⁹ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 358. **Ofício** do Prefeito de Comarca do Limoeiro, João Maurício Cavalcanti da Rocha Wanderley, ao Presidente da Província, em 11 de fevereiro de 1838; fl. 359, em 12 de fevereiro de 1838; fl. 361, em 21 de fevereiro de 1838.
- ³⁰ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 130. **Ofício** do Prefeito de Comarca de Garanhuns, José d'Albuquerque Cavalcanti, ao Presidente da Província, em 27 de fevereiro de 1838.
- ³¹ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 5, fl. 377. **Ofício** do Prefeito de Comarca de Santo Antônio, Laurentino Antônio Pereira de Carvalho, ao Presidente da Província, em 1º de fevereiro de 1838; fl. 382, em 8 de fevereiro de 1838; fl. 400-401, em 23 de fevereiro de 1838; fl. 402, em 26 de fevereiro de 1838.
- ³² APEJE, Prefeitos de Comarcas vol. 5, fl. 510. **Ofício** do Prefeito de Comarca de Rio Formoso, Luiz Eller, ao Presidente da Província, em 3 de fevereiro de 1838; fl. 512, em 16 de fevereiro de 1838.
- ³³ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 5, fl. 377. **Ofício** do Prefeito de Comarca de Santo Antônio, Laurentino Antônio Pereira de Carvalho, ao Presidente da Província, em 1º de fevereiro de 1838. Idem, vol. 6, fl. 192-193. **Ofício** do Prefeito de Comarca do Brejo, Antônio Francisco Cordeiro de Carvalho, ao Presidente da Província, em 31 de janeiro de 1838.
- ³⁴ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 294. **Ofício** do Prefeito de Comarca Interino de Bonito, Miguel Primo Villar de Oliveira Barbosa, ao Presidente da Província, em 5 de fevereiro de 1838. Idem, fl. 358. **Ofício** do Prefeito de Comarca do Limoeiro, João Maurício Cavalcanti da Rocha Wanderley, ao Presidente da Província, em 11 de fevereiro de 1838; fl. 359, em 12 de fevereiro de 1838.
- ³⁵ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 190-191. **Ofício** do Prefeito de Comarca do Brejo, Antônio Francisco Cordeiro de Carvalho, ao Presidente da Província, em 30 de janeiro de 1838. Idem, fl. 198, **Ofício** dos Vereadores da Câmara Municipal do Brejo ao Presidente da Província, em 3 de fevereiro de 1838.

³⁶ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 296-297. **Ofício** do Prefeito de Comarca Interino de Bonito, Miguel Primo Villar de Oliveira Barbosa, ao Presidente da Província, em 6 de fevereiro de 1838; fl. 303, em 13 de fevereiro de 1838.

³⁷ APEJE, Registros de Ofício, vol. 4/1, fl. 35-37. **Ofício** do Presidente da Província de Pernambuco, Francisco do Rego Barros, ao Ministro da Justiça, Bernardo Pereira de Vasconcelos, em 7 de fevereiro de 1838.

³⁸ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 300-302. **Ofício** do Prefeito de Comarca Interino de Bonito, Miguel Primo Villar de Oliveira Barbosa, ao Presidente da Província, em 12 de fevereiro de 1838.

³⁹ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 319. **Ofício** do Prefeito de Comarca de Bonito, Alexandre Bernardino dos Reis e Silva, ao Presidente da Província, em 4 de março de 1838. Idem, fl. 300-302. **Ofício** do Prefeito de Comarca Interino de Bonito, Miguel Primo Villar de Oliveira Barbosa, ao Presidente da Província, em 12 de fevereiro de 1838.

⁴⁰ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 372-373. **Ofício** do Prefeito de Comarca do Limoeiro, João Maurício Cavalcanti da Rocha Wanderley, ao Presidente da Província, em 26 de fevereiro de 1838; fl. 374, em 1º de março de 1838; fl. 387-388, em 13 de março de 1838; fl. 396, em 27 de março de 1838.

⁴¹ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 322. **Ofício** do Prefeito de Comarca de Bonito, Alexandre Bernardino dos Reis e Silva, ao Presidente da Província, em 11 de março de 1838; Idem, fl. 211. **Ofício** do Prefeito de Comarca do Brejo, Antônio Francisco Cordeiro de Carvalho, ao Prefeito de Comarca de Bonito, Alexandre Bernardino dos Reis e Silva, em 20 de março de 1838.

⁴² HDBN, **Diário de Pernambuco**, em 9 de fevereiro de 1838, nº 32.

⁴³ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 208-215. **Ofício** do Prefeito de Comarca de Bonito, Alexandre Bernardino dos Reis e Silva, ao Presidente da Província, em 22 de março de 1838. Idem, fl. 361. **Ofício** do Prefeito de Comarca do Limoeiro, João Maurício Cavalcanti da Rocha Wanderley, ao Presidente da Província, em 21 de fevereiro de 1838.

⁴⁴ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 329. **Ofício** do Prefeito de Comarca de Bonito, Alexandre Bernardino dos Reis e Silva, ao Presidente da Província, em 22 de março de 1838; fl. 334, em 1º de abril de 1838. Idem, fl. 370. **Ofício** do Prefeito de Comarca do Limoeiro, João Maurício Cavalcanti da Rocha Wanderley, ao Presidente da Província, em 22 de fevereiro de 1838.

⁴⁵ Previsto no Código de Processo Criminal de 1832, o passaporte era um documento onde constava o nome, naturalidade, idade, profissão, estatura e sinais característicos da pessoa. Além disso, nele se declarava que o cidadão não era criminoso, não tinha pendências com fiança em causa crime ou se tinha alguma pendência com a justiça. Emitido pelo juiz de paz, a princípio não era obrigatório para viagens dentro do Império, mas acabava sendo o melhor meio para se comprovar a identidade e idoneidade das pessoas. Somente com a reforma do Código, em 1841, é que se tornou obrigatório o seu uso em viagens pelo interior do Império.

⁴⁶ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 5, fl. 83-84. **Ofício** do Prefeito de Comarca de Nazaré, Francisco Xavier Camello Pessoa, ao Presidente da Província, em 6 de março de 1838; fl. 87-88, em 15 de março de 1838. Idem, vol. 6, fl. 366. **Ofício** do Prefeito de Comarca do Limoeiro, João Maurício Cavalcanti da Rocha Wanderley, ao Presidente da Província, em 18 de fevereiro de 1838; fl. 377, em 4 de março de 1838.

⁴⁷ Annaes do Parlamento Brasileiro – Câmara dos Srs. Deputados – Primeiro Ano da Quarta Legislatura – Sessão de 1838. Tomo I. Rio de Janeiro: Typographia de Viúva Pinto & Filhos, 1886. p. 187. Acervo da Biblioteca Nacional Digital. Hemeroteca digital, seção periódicos, s. endereço eletrônico.

⁴⁸ HDBN, **Diário de Pernambuco**, 11 de agosto de 1838, nº 173.

⁴⁹ HDBN, **O Echo da Religião e do Império**, em 9 de fevereiro de 1838, nº 37.

⁵⁰ HDBN, **O Carapuceiro**, em 3 de março de 1838, nº 14; em 10 de março de 1838, nº 16.

⁵¹ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 5, fl. 95-96. **Ofício** do Prefeito de Comarca de Nazaré, Francisco Xavier Camello Pessoa, ao Presidente da Província, em 31 de março de 1838.

⁵² APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 5, fl. 69-71. **Ofício** do Prefeito de Comarca de Nazaré, Francisco Xavier Camello Pessoa, ao Presidente da Província, em 20 de fevereiro de 1838. Idem, vol. 6, fl. 370. **Ofício** do Prefeito de Comarca do Limoeiro, João Maurício Cavalcanti da Rocha Wanderley, ao Presidente da Província, em 22 de fevereiro de 1838.

⁵³ APEJE, Prefeitos de Comarcas, vol. 6, fl. 401. **Ofício** do Prefeito de Comarca do Limoeiro, João Maurício Cavalcanti da Rocha Wanderley, ao Presidente da Província, em 5 de abril de 1838.

⁵⁴ HDBN, **Diário de Pernambuco**, 19 de fevereiro de 1829, nº 40; 13 de agosto de 1831, nº 173; 26 de setembro de 1831, nº 204; 23 de novembro de 1831, nº 249; 29 de novembro de 1831, nº 254. **Bússola da Liberdade**, 28 de janeiro de 1832, nº 56.

⁵⁵ HDBN, **Diário de Pernambuco**, 8 de março de 1838, nº 54.

Referências

- ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Atlas do Império do Brazil**. Rio de Janeiro: 1868.
- CADENA, Paulo Henrique Fontes. **O Vice-Rei: Pedro de Araújo Lima e a governança do Brasil no século XIX**. Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2018.
- CARVALHO, Marcus J. M. **Cavalcantis e Cavalcados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817 - 1824**. In Revista Brasileira de História. vol. 18, nº 36. São Paulo: 1998.
- CARVALHO, Marcus J. M. Movimentos sociais: Pernambuco (1831 – 1848). In. GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial, volume II: 1831 – 1870**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- CAVALCANTI NUNIOR, Manoel Nunes. Cultura política e instituições no Brasil Regencial: a primeira legislatura da Assembleia Provincial de Pernambuco (1835-1836). **Binacional Brasil Argentina**, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, v. 9, nº 2, 2019.
- CAVALCANTI NUNIOR, Manoel Nunes. **“O egoísmo, a degradante vingança e o espírito de partido”**: a história do predomínio liberal ao movimento regressista (Pernambuco, 1834-1837). Tese de Doutorado em História. Recife: UFPE, 2015.
- CAVALCANTI NUNIOR, Manoel Nunes. Revisitando as Carneiradas: os irmãos Machado Rios e as disputas políticas em Pernambuco (1834-1835). **Clio**, Universidade Federal de Pernambuco, nº 33.1, 2015.
- COSTA, Francisco A. Pereira da. **Diccionario Biographico de Pernanmbucanos Celebres**. Recife: Typographia Universal, 1882.
- NOGUEIRA, Octaciano e FIRMO, João Sereno. **Parlamentares do Império**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1973.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SILVA, Wellington Barbosa da. **Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850)**. Jundiaí: Peco Editorial, 2014.